



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA

Processo nº: 998/2014-e (k).

Origem: Secretaria de Estado de Economia Distrito Federal – SEEC/DF.

Assunto: Auditoria Operacional.

Ementa: AÇÃO GOVERNAMENTAL. PROCESSUAL. SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DISTRITO FEDERAL – SEEC/DF. AUDITORIA OPERACIONAL. PROGRAMA NOTA LEGAL. DETERMINAÇÕES. CUMPRIMENTO PARCIAL. CONHECIMENTO. REITERAÇÃO. MONITORAMENTO.

Resumo: Auditoria Operacional realizada no âmbito da então Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, com o objetivo de avaliar a concepção, a operacionalização e o monitoramento de desempenho do PROGRAMA NOTA LEGAL.

. Decisão nº 818/2024. Conhecimento. Diligência cumprida. Reiteração de determinação não integralmente cumprida. Envio de documentação em subsídio. Devolução dos autos à Unidade Técnica (Peça 274).

. Manifestação da Jurisdicionada¹.

Nesta fase: análise de cumprimento de diligência.

. A Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura, Mobilidade e Segurança Pública – SEGEM, tendo por inconclusas as medidas adotadas para o pleno atendimento do quanto demandado pela Corte, em síntese, sugere ao Tribunal que: *I) tome conhecimento dos documentos que indica; II) conceda à SEEC/DF o prazo de 270 (duzentos e setenta) dias para o integral atendimento do item III da Decisão nº 818/2024; III) determine à SEEC/DF que encaminhe ao Tribunal, a cada 90 (noventa) dias, relatório circunstanciado das medidas já implementadas com vistas ao atendimento do item III da Decisão nº 818/2024; IV. autorize o envio de documentação em subsídio; e V. restitua os autos àquela Unidade Técnica para os devidos fins (Peça 281).*

. O Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF, nos termos do Parecer nº 998/2024–G4P/ML, da lavra do ilustre Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, opina em linha de concordância com a Unidade Técnica (Peça 285).

. **VOTO** convergente, com ajustes de redação. Determinação não integralmente cumprida. Conhecimento. Reiteração. Dilação de prazo até 29.07.2025 para cumprimento do *decisum*. Remessa periódica de relatório circunstanciado sobre medidas implementadas. Envio de documentação em subsídio. Retorno dos autos à Unidade Técnica.

¹ Ofício nº 5.364/2024 – SEEC/GAB, de 14.08.2024, e documentos contidos no Processo de Barramento nº 00600-00002936/2024-82 (Peças 279 e 280, nessa ordem).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA

RELATÓRIO

Cuidam os autos de auditoria operacional realizada no âmbito da então **Secretaria de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF**, com o objetivo de avaliar a concepção, a operacionalização e o monitoramento de desempenho do **PROGRAMA NOTA LEGAL – PNL**.

O Relatório Final dessa auditoria, Peça 32, foi conhecido pela Corte na Sessão Ordinária nº 4767, de 14.04.2015, e os achados e conclusões nele contidos motivaram o Tribunal a, nos termos da Decisão nº 1.462/2015, Peça 37, expedir uma série de medidas saneadoras, visando mitigar as falhas identificadas pela equipe de auditoria.

Desde então, o atendimento a essas diligências foi objeto de sucessivos monitoramentos pelo Tribunal, conforme Decisões nº 3.233/2016, Peça 53, nº 883/2019, Peça 69, nº 4.745/2020, Peça 116, nº 4.845/2021, Peça 199, nº 2.609/2022, Peça 232, e nº 2.028/2023, Peça 262, cujos teores informam o cumprimento da maior parte das medidas inicialmente exigidas.

Na última assentada, Sessão Ordinária nº 5.372, de 13.03.2024, apenas uma diligência restava não integralmente atendida, razão pela qual a Corte decidiu, nos termos da Decisão nº 818/2024, Peça 274, na parte que interessa à presente fase processual:

III – reiterar à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal a determinação do item II.11 da Decisão nº 1462/2015, para que, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, informar sobre a conclusão das medidas que restam ser implementadas no âmbito de suas unidades técnicas a fim de se dar efetivo cumprimento àquela diligência ou, não sendo possível, sobre os motivos que a impediram e o novo prazo para seu total adimplemento;

Note-se, por oportuno, que, de acordo o **item II.11** da Decisão nº 1.462/2015 referenciada, este Tribunal determinou à então SEFAZ/DF que passasse a contabilizar no Sistema Integral de Gestão Governamental – SIGGO o saldo e os créditos oriundos do PROGRAMA NOTA LEGAL, bem como o respectivo resgate quando utilizados no abatimento do valor do débito de IPTU e IPVA, observando as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Em atenção, a **Secretaria de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF** apresentou as informações que entendeu pertinentes, mediante o Ofício nº 5.364/2024 – SEEC/GAB, de 14.08.2024, e documentos contidos no Processo de Barramento nº 00600-00002936/2024-82 (Peças 279 e 280, nessa ordem).

Trata a presente fase, portanto, da análise da manifestação da Jurisdicionada a respeito da diligência ordenada.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE TÉCNICA

A Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura, Mobilidade e Segurança Pública – SEGEM procedeu à análise dos elementos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA

informativos carreados para o feito, por meio da **Informação nº 123/2024 – SECONT/2ªDICONT**, Peça 281, tendo em função desse trabalho concluído pelo **não atendimento integral** do quanto demandado pela Corte, razão pela qual, entre outras medidas, posiciona-se pela reiteração da diligência em aberto, e determinação para envio à Corte de relatório circunstanciado das medidas já implementadas com vistas ao atendimento do **item III** da Decisão nº 818/2024.

A seguir, a síntese dos esclarecimentos prestados pela Jurisdicionada, acompanhada pela análise produzida pelo diligente Corpo Técnico (notas de rodapé omissas).

DOS ESCLARECIMENTOS PRESTADOS

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL – SEEC/DF

4. Em resposta ao determinado pelo TCDF, **item III da Decisão nº 818/2024** (peça 274), a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC encaminhou o Ofício nº 5.364/2024 – SEEC/GAB, de 14/08/2024 (peça 279), com os seguintes esclarecimentos:

(...)

5. Inicialmente, registro que os esclarecimentos desta Pasta acerca da matéria estão detalhadamente consignados nas manifestações da Secretaria Executiva de Finanças (Despachos SEEC/SEFIN - 147942960, SEEC/SEFIN/CONTDF/UPROC/DIAIS - 147865338 e SEEC/SEFIN/SUCON/UPROC/DIAIS - 147865334) e da Secretaria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação (Despachos SEEC/SETIC - 147865369, SEEC/SETIC/SUBSIS - 147865359, SEEC/SETIC/SUBSIS/COFIC - 147865074, Nota Técnica N.º 1/2024 - SEPLAD/SECONTI/SUTIC/INOVA - 147865092 e Nota Técnica N.º 1/2024 - SEEC/SETIC/SUBSIS - 147865321), as quais alicerçam os posicionamentos firmados abaixo, conforme o respectivo indicativo dos documentos utilizados para extrair a informação, ao final de cada parágrafo.

6. Sobre o assunto, informo que foi realizado o mapeamento dos campos que não existem no SIGGO e precisam ser implementados para atendimento ao sistema de Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais - EFD-Reinf do Governo Federal, de forma que já foi iniciado o estudo para o desenvolvimento, como exposto na Nota Técnica N.º 1/2024 - SEEC/SETIC/SUBSIS (147865321).

7. Todavia, o Plano de Ação para a adequação do SIGGO para atendimento ao EFD-Reinf aponta que é de difícil mensuração o esforço total para a customização do sistema SIGGO, haja vista a necessidade de construção de todo o ambiente determinado pela Receita Federal dentro do GDF e a integração com sistema de mensageria que deverá enviar os dados ao Governo Federal, conforme o Despacho SEEC/SETIC/SUBSIS/COFIC (147865074).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA

8. Nesse contexto, pontuo que o sistema de mensagem foi recentemente contratado, em 25/07/2024, bem como que a integração com o SIGGO ainda está em fase inicial. Além disso, cumpre-me destacar que ficou acertada a priorização do atendimento ao EFD-Reinf com o fito de alcançar êxito no prazo necessário, de forma que foi adotada a medida de que, durante o período de execução deste projeto, todas as evoluções do SIGGO que concorrerem com o projeto do EFD-Reinf serão postergadas para o momento oportuno de modo a manter o foco neste projeto crítico. Ademais, as equipes atuarão em paralelo com as correções dos erros em produção, consoante o Despacho SEEC/SETIC/SUBSIS/COFIC (147865074) e a Nota Técnica N.º 1/2024 - SEEC/SETIC/SUBSIS (147865321).

9. Em tempo, aponto que o esforço para o atendimento do sistema de Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais - EFD-Reinf levará todo o exercício atual e parte do exercício seguinte. Assim, tendo em vista a complexidade da demanda, diante das várias implementações necessárias para customização no SIGGO, é preciso que seja concedida a prorrogação de prazo até 29 de julho de 2025, uma vez que a área técnica estimou o prazo em 90 dias, após o marco de 30/04/2025, para que esta Pasta implemente o item III, da Decisão nº 818/2024, como disposto nos Despachos SEEC/SETIC - (147865369), SEEC/SETIC/SUBSIS (147865359) e SEEC/SETIC/SUBSIS/COFIC (147865074).

10. Por oportuno, friso que foram acostados ao presente processo os documentos que sustentam a manifestação desta Pasta.

11. Ante o exposto, encaminho os autos, contendo os esclarecimentos que apresento para subsidiar o superior juízo dessa Corte de Contas, ao tempo em que solicito que:

- a) os documentos sejam anexados aos autos do Processo TCDF nº 998/2014- e;
 - b) acolha as informações prestadas; e
 - c) **conceda a dilação de prazo até 29 de julho de 2025.**
- (...)

(grifos no original)

5. Além desse ofício, encontra-se vinculado aos autos o Processo de Barramento nº 00600-00002936/2024-82 (vide Termo de peça 280), com os documentos fornecidos pela SEEC/DF.

6. Dentre tais documentos, destacamos inicialmente o **Despacho – SEEC/SEFIN**, de 06/08/2024 (peça 13, e-DOC D5D96192), que nos traz os seguintes esclarecimentos:

(...)

"Em referência ao Despacho SEEC/SEFIN, de 04/03/2024, (136813110), que trata do item III da Decisão nº 818/2024 (136573807), quanto à prorrogação de prazo para cumprimento da determinação proferida no item III da Decisão nº 2028/2023, no que diz respeito às ações que vem sendo implementadas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA

para avaliar a concepção, a operacionalização e o monitoramento de desempenho do Programa Nota Legal – PNL, informamos o que segue.

*Em virtude da **Nota Técnica N.º 1/2024 - SEEC/SETIC/SUBSIS, de 3 de abril de 2024**, (147724171), inserida no Processo SEI nº 04033-00035440/2023-74, foi justificada a necessidade de postergação de todas as demandas do SIGGO junto à fábrica de software, visando atender ao sistema de Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), do Governo Federal, do qual evidenciamos os seguintes trechos:*

"[...]

2.3. Além disso, ficou acertada a priorização do atendimento ao EFD-Reinf ao fito de alcançar êxito no prazo necessário, de forma que já foram adotadas as seguintes medidas:

A. Alocação de mais uma célula de atendimento ao SIGGO, totalmente dedicada à adequação das informações a serem entregues ao EFD-Reinf;

B. Durante o período de execução deste projeto, todas as evoluções do SIGGO que concorrerem com o projeto do EFD-Reinf serão postergadas para o momento oportuno de modo a manter o foco neste projeto crítico. As equipes atuarão em paralelo com as correções dos erros em produção.

[...]"

*Diante do exposto, a Coordenação de Sistemas Financeiros e Contábeis - SEEC/SETIC/SUBSIS/COFIC, por meio do Despacho (147729326) **sugeriu o novo prazo de 30 de abril de 2025**, visando atender a Decisão TCDF nº 2028/2023 (113210721), tendo em vista o esforço para o atendimento da EFD-Reinf que deverá levar todo o exercício atual e início do exercício seguinte, considerando toda complexidade, diante das várias implementações necessárias para customização no SIGGO.*

*Finalmente, solicitamos a essa Executiva de Finanças a remessa do presente processo ao GAB/SEEC, a fim de solicitar **nova prorrogação de prazo junto ao egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal para cumprimento da determinação proferida no item III da Decisão nº 818/2024 (136573807).***" (grifamos)

Com estas considerações, esta Secretaria Executiva de Finanças (SEFIN) acolhe a manifestação supratranscrita, por seus próprios fundamentos e, encaminha os autos a esse GAB/SEEC, para que sejam realizadas as necessárias tratativas junto a Corte de Contas no sentido de que seja prorrogado o prazo para cumprimento da decisão em questão.

Por fim, pontuo que caso seja identificada a necessidade de demais fundamentos técnicos que auxiliem a justifica de prorrogação de prazo requerida, solicito os préstimos deste GAB/SEEC para que envie os presentes autos diretamente à Secretaria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) para que se manifeste acerca da matéria,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA

com a urgência que o caso requer, tendo em vista a necessidade de cumprir o prazo estabelecido pela Corte de Contas.

(...)

(grifos no original)

7. E a **Nota Técnica N.º 1/2024 - SEEC/SETIC/SUBSIS**, de 03/04/2024 (peça 8, e-DOC 4AF9272B), da qual obtivemos as seguintes informações:

(...)

2. PROPOSTA PARA ADEQUAÇÃO DO SIGGO

2.1. *Em que pese a necessidade de modernização do SIGGO, já em tratativas no âmbito da área de negócio, como também informou o Despacho SEPLAD/SUTIC/INOVA/COSIF (101371033), através da fábrica de software contratada sob gestão desta SUBSIS (Cast Informática S/A), a partir da reunião técnica ocorrida em 26/03/2024, mencionada no Despacho SEEC/SEFIN/SUCON/UPROC/DIAIS (137230354), foi realizado o mapeamento dos campos que não existem no SIGGO e precisam ser implementados para atendimento ao EFD-Reinf, de forma que já foi iniciado o estudo para o desenvolvimento.*

2.2. *Entretanto, as informações ainda são muito incipientes para se estimar o esforço total de toda a customização necessária, já que é preciso avaliar a extensão das modificações e, principalmente, ter o suporte proativo da área de negócio. Dessa forma, já foi iniciado o levantamento dos requisitos, permitindo assim identificar as necessidades de implementações no código Cobol do SIGGO, para que se reflita no ambiente web.*

2.3. *Além disso, ficou acertada a priorização do atendimento ao EFD-Reinf ao fito de alcançar êxito no prazo necessário, de forma que já foram adotadas as seguintes medidas:*

A. *Alocação de mais uma célula de atendimento ao SIGGO, totalmente dedicada à adequação das informações a serem entregues ao EFD-Reinf;*

B. *Durante o período de execução deste projeto, todas as evoluções do SIGGO que concorrerem com o projeto do EFD-Reinf serão postergadas para o momento oportuno de modo a manter o foco neste projeto crítico. As equipes atuarão em paralelo com as correções dos erros em produção;*

C. *Ações pertinentes ao desenvolvimento do projeto, juntamente com o suporte da área negocial, foram iniciadas em 01/04/2024:*

i. Identificada a existência de 12 a 15 eventos cujo o SIGGO-AFC precisa atender com a entrega de dados;

ii. Já foi levantada a necessidade de criação de tabelas e de campos que atualmente o SIGGO não possui para que o envio dos dados seja possível;

iii. A equipe dará início às primeiras implementações de adequação já partir da próxima semana (08/04 a 12/04).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA

3. CONCLUSÃO

3.1. *Pelo exposto, considerando as informações ora prestadas, especialmente acerca das atividades já em andamento, entendemos como viável seu desenvolvimento, mas ainda pendendo uma melhor estimativa quanto ao tempo necessário para a conclusão dos trabalhos, até porque o projeto está sujeito às frequentes alterações por parte da Receita Federal do Brasil - RFB:*

I - Customizar, via fábrica de software, o ambiente SIGGO para que possa atender às necessidades do EFD-Reinf; e

II - Contratar o sistema de mensageria para envio das informações de escrituração fiscal.

8. Também se encontra nos autos a **Nota Técnica N.º 1/2024 - SEPLAD/SECONTI/SUTIC/INOVA**, de 07/03/2024 (peça 7, e-DOC 968F2338), com informações mais detalhadas sobre mudanças no SIGRH e no SIGGO:

- i. **O CONTEXTO**, enfrentado pela Jurisdicionada;
- ii. **DAS DIFICULDADES JÁ ENFRENTADAS** (para implementação do eSocial);
- iii. **DA PROPOSTA DE ARQUITETURA** (para adequação do SIGRH);
- iv. **DA PROPOSTA PARA ADEQUAÇÃO DO SIGRH;**
- v. **PROPOSTA PARA MENSAGERIA DO eSOCIAL;**
- vi. **PROPOSTA PARA O SISTEMA DE GESTÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO (SST);**
- vii. **CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS PROPOSTAS;**
- viii. **DO ESFORÇO NECESSÁRIO E CRONOGRAMA DE ATIVIDADES SUGERIDO.**

9. Por fim, na Nota Técnica conclui-se que:
(...)

9. CONCLUSÃO

9.1. *Pelo exposto, considerando a urgência que o projeto demanda, recomenda-se:*

I - Customizar o SIGRH para que possua os campos obrigatórios ao e-Social e inexistentes na ferramenta de RH, bem como as respectivas telas para manutenção dos dados;

II - Contratar o sistema de Mensageria do e-Social, em tempo hábil, de modo a possibilitar lapso temporal suficiente para que o ajuste das transações entre SIGRH x Mensageria do e-Social se dê da forma mais tranquila possível, permitindo que os esforços se mantenham focados;

III - Avaliar, em paralelo, o grau de aderência do SIAPMED com os eventos de SST exigidos pelo e-Social, de forma a promover contratação de sistema de terceiros;

IV - No tocante ao EFD-Reinf, dado o teor do Despacho SEPLAD/SUTIC/INOVA/COSIF (DOC 101371033), datado de 07/12/2022, mantêm-se entendimento de que deve ser



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA

adquirida ferramenta de mercado, via licitação, capaz de provas as funcionalidades exigidas, desde que observadas as particularidades do sistema SIGGO.

V - E ainda quanto às necessidades para o desenvolvimento pertinente ao SIRGH e sua interface com o e-Social, recomendamos a contratação de profissionais especialistas em e-Social para auxiliar a área de negócio e a área técnica no desenvolvimento e implantação do sistema.

(...)

(grifamos)

DA ANÁLISE

10. Como se observa, a SEEC/DF não conseguiu concluir as ações que pudessem dar pleno cumprimento ao **item III da Decisão nº 818/2024**, que reiterou o **item II.11 da Decisão nº 1462/2015**.

11. Contudo, considerando o teor das notas técnicas apresentadas pela Jurisdicionada, percebe-se certa complexidade na alteração dos sistemas envolvidos (SIRGH e SIGGO), situação que enseja planejamento e a contratação de serviços específicos por parte da Jurisdicionada.

12. Nesse sentido, a nosso ver, resta conceder a dilação de prazo pleiteada pela SEEC/DF, até 29/07/2025, para que as medidas necessárias ao satisfatório cumprimento do **item III da Decisão nº 818/2024** sejam implementadas.

13. Ademais, para fins de acompanhamento e controle das ações ao longo desse período, sugere-se o envio de relatórios pela SEEC/DF, a cada 90 dias, até o efetivo cumprimento do **item II.11 da Decisão nº 1462/2015**.

Considerando o conjunto de anotações que produziu, a Unidade Técnica apresenta as seguintes sugestões ao Plenário.

- I. tomar conhecimento do(a):
 - a) presente Informação;
 - b) Ofício nº 5.364/2024 – SEEC/GAB, de 14/08/2024 (peça 279), juntamente com os documentos constantes do Processo de Barramento nº 00600-00002936/2024-82 (conforme Termo de peça 280);
- II. conceder à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF o prazo de 270 (duzentos e setenta) dias para que as medidas necessárias ao integral cumprimento do **item III da Decisão nº 818/2024** sejam implementadas;
- III. determinar à SEEC/DF que encaminhe ao Tribunal, a cada 90 (noventa) dias, relatório circunstanciado das medidas já implementadas com vistas ao atendimento do **item III da Decisão nº 818/2024**;
- IV. disponibilizar esta Informação, o Relatório/Voto e a Decisão que vier a ser adotada à SEEC/DF, para conhecimento;
- V. restituir os autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura, Mobilidade e Segurança Pública para os devidos fins.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA

As medidas sugeridas pela Instrução inicial contaram com a anuência da Diretora Substituta da Primeira Divisão de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura, Mobilidade e Segurança Pública – Digem 1 e do Titular da SEGEM, conforme Despachos vistos às Peças 282 e 283, nessa ordem.

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS.

Chamado a se manifestar no feito, o Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF, nos termos do do Parecer nº 882/2024 – G4P/ML, da lavra do ilustre Procurador **Marcos Felipe Pinheiro Lima**, opina pelo acolhimento das medidas indicadas pela Unidade Técnica (Peça 285). A seguir, excerto contendo os fundamentos consignados na manifestação ministerial (notas de rodapé omissas).

13. **Ab initio**, cumpre destacar que o MPC/DF **converge** com o entendimento albergado pelo Corpo Técnico, constante da Informação nº 123/2024, conforme será demonstrado a seguir.

14. Importante destacar que, mediante a **Decisão nº 1.462/2015**, o Tribunal exarou diversas determinações à então SEF/DF, sintetizadas nos subitens II.1 (II.1.1, II.1.2 e II.1.3), II.2, II.3, II.4, II.5, II.6, II.7, II.8, II.9, II.10, II.11, II.12, II.13, II.14 e III da aludida deliberação.

15. Todavia, após reiteraões e diversas concessões de prazo, constatou-se que diversos subitens não estavam sendo cumpridos, quais sejam:

- a) por meio da **Decisão nº 3.233/2016**, o Plenário do TCDF decidiu pelo **não cumprimento** do item III da Decisão nº 1.462/2015, além de ter emitido o **1º alerta** acerca da possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 57, incisos IV e VII, da LC distrital nº 1/1994, em caso de descumprimento de deliberação desta Corte;
- b) via **Decisão nº 883/2019**, o Plenário considerou **não atendidos** os itens II.4; II.5; II.11; II.12; II.13 e II.14, todos da Decisão nº 1.462/2015, além de ter emitido o **2º alerta** acerca da possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 57, incisos IV e VII, da LC distrital nº 1/1994, em caso de descumprimento de deliberação desta Corte;
- c) mediante a **Decisão nº 4.745/2020**, esta Corte de Contas entendeu pelo **não atendimento** do item II.11 da Decisão nº 1.462/2015, além de ter emitido o **3º alerta** acerca da possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 57, incisos IV e VII, da LC distrital nº 1/1994, em caso de descumprimento de deliberação desta Corte;
- d) por intermédio da **Decisão nº 4.845/2021**, o Tribunal, entre outros registros, **reiterou** o cumprimento do item II.11 da Decisão nº 1.462/2015;
- e) através da **Decisão nº 2.609/2022**, o TCDF, em suma, estabeleceu **prazo de 150 dias** para o integral cumprimento da Decisão nº 1.462/2015, ou, não sendo possível, que a jurisdicionada informasse sobre os motivos que a impediram e o novo prazo para seu total adimplemento;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA

- f) por meio da **Decisão nº 2.028/2023**, o Plenário **renovou o prazo por mais 150 dias** para o cumprimento da Decisão nº 1.462/2015, ou, não sendo possível, para que a jurisdicionada apresentasse os motivos que a impediram e o novo prazo para seu total atendimento; e
- g) na última assentada, por meio da **Decisão nº 818/2024**, o Tribunal, **novamente, reiterou** o cumprimento do item II.11 da Decisão nº 1.462/2015.
16. É importante ressaltar que, conforme o item **II.11 da Decisão nº 1.462/2015**, a Corte instruiu a SEEC/DF a contabilizar no SIGGO o saldo e os créditos do Programa Nota Legal, além de seus resgates quando utilizados para reduzir o valor do débito de IPTU e IPVA, seguindo as diretrizes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
17. A Unidade Técnica confirmou que a contabilização no SIGGO do saldo e dos créditos do Programa Nota Legal, assim como seus resgates para a redução do IPTU e do IPVA, não foi realizada de forma completa.
18. Nota-se que, por meio do **Ofício nº 5.364/2024**, o Exmo. Secretário da Pasta, Sr. Ney Ferraz Júnior, pediu uma **nova dilação de prazo**, alegando que, apesar de não ter atendido totalmente a solicitação, teria havido progresso nas ações implementadas.
19. Considerando as informações fornecidas pela SEEC/DF sobre o progresso da contabilização no SIGGO do saldo e dos créditos do PNL, assim como seus resgates para a redução do débito do IPTU e/ou IPVA, a Unidade Técnica observou o esforço da Pasta em atender a determinação da Corte. Ademais, reconheceu a complexidade na alteração do SIGH e SIGGO, anuindo com a concessão de dilação de prazo requerida pela jurisdicionada. Propôs, ainda, que a SEEC/DF enviasse Relatórios, a cada 90 dias, até o efetivo cumprimento do item II.11 da Decisão nº 1462/2015.
20. Pois bem. Consoante asseverado pela Instrução, as alterações demandadas pela Corte parecem ser **complexas** e demandam **tempo**. Veja-se que a deliberação cujo cumprimento se avalia remonta quase **uma década**, havendo tempo suficiente para que as diversas gestões da Pasta pudessem pôr termo à **quaestio**. No entanto, considerando os esforços apresentados e os conteúdos das Notas Técnicas encaminhadas, o MPC/DF não se opõe à concessão da dilação requerida pela SEEC/DF, desde que seja encaminhada pela jurisdicionada, a cada 90 dias, relatório das medidas implementadas com vistas ao completo atendimento do item III da Decisão nº 818/2024.
21. Ante o exposto, o MPC/DF **coaduna** com o entendimento externado pela Unidade Técnica e, nesse sentido, propõe ao Plenário que acate as sugestões contidas na Informação nº 123/2024 – DIGEM1.

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA

VOTO

Examinam-se, na presente fase processual, as informações e esclarecimentos prestados pela **Secretaria de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF** em atenção ao disposto no **item III** da Decisão nº 818/2024, que reiterou a determinação do **item II.11** da Decisão nº 1.462/2015, no que tange à contabilização no Sistema Integral de Gestão Governamental – SIGGO do saldo e dos créditos oriundos do PROGRAMA NOTA LEGAL, bem como do respectivo resgate quando utilizados no abatimento do valor do débito de IPTU e IPVA, observando as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

A Unidade Técnica e o *Parquet* consideram não plenamente atendida a diligência. Todavia, tendo em conta as informações e elementos trazidos ao feito, pugnam pela dilação de prazo para cumprimento do *decisum*, por mais 270 (duzentos e setenta) dias, com exigência de apresentação de relatórios pela Jurisdicionada, a cada 90 (noventa) dias, contendo as medidas necessárias ao satisfatório cumprimento da diligência, para fins de acompanhamento e controle das ações ao longo desse período.

Ao compulsar os autos, compartilho o entendimento da Unidade Técnica e *Parquet*. De fato, e com base nos esclarecimentos e informações apresentadas pela SEEC/DF, é possível atestar que não foi atingido o fim desejado pela Corte, a respeito da requerida contabilização de operações relativas ao PROGRAMA NOTA LEGAL, conforme inicialmente requerido pela Corte, ainda em 2015, nos termos do **item II.11** da Decisão nº 1.462/2015.

Entretanto, também restou evidenciada a adoção de medidas por parte da Jurisdicionada, abrangendo vários setores daquela Pasta, buscando o total atendimento da solicitação, as quais, por seu turno, esbarram na complexidade da matéria, notadamente relacionadas à necessidade de alteração e adaptação dos sistemas envolvidos (SIGRH e SIGGO), inclusive demandando a contratação de serviços específicos para esse fim.

Nessa esteira, forçoso reconhecer os esforços da Jurisdicionada para atender o quanto demandado pela Corte e renovar a diligência, concedendo novo prazo, conforme sugerem a Unidade Técnica e MPC/DF, bem como determinando a apresentação de relatórios intermediários, contendo informações sobre as ações implementadas com vistas ao completo atendimento do **item III** da Decisão nº 818/2024.

Permito-me apenas uma ligeira alteração na redação das medidas propostas para, em razão do tempo decorrido desde a instrução inicial destes autos, substituir a proposta de concessão de mais **270 (duzentos e setenta) dias**, vista no **item II** das medidas sugeridas, pela efetiva data de prorrogação solicitada pela Pasta, conforme Ofício nº 5.364/2024 – SEEC/GAB, qual seja até **29 de julho de 2025**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA

Pelo exposto, em harmonia com a Unidade Técnica e o douto MPC/DF, com ajustes de redação, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

I - tome conhecimento do(a):

a) Informação nº 123/2024 – Digem1/Segem (Peça 281);

b) Ofício nº 5.364/2024 – SEEC/GAB, de 14.08.2024 (Peça 279), juntamente com os documentos constantes do Processo de Barramento nº 00600-00002936/2024-82 (conforme Termo de Peça 280);

II - conceda à **Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF** a dilação de prazo até **29.07.2025**, para que as medidas necessárias ao integral cumprimento do **item III** da Decisão nº 818/2024 sejam implementadas;

III - determine à **SEEC/DF** que encaminhe ao Tribunal, a cada 90 (noventa) dias, relatório circunstanciado das medidas já implementadas com vistas ao atendimento do **item III** da Decisão nº 818/2024;

IV - disponibilize cópia da Informação de que trata o **item I.a** anterior, do presente Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser adotada à **SEEC/DF**, para conhecimento;

V - restitua os autos à **Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura, Mobilidade e Segurança Pública – SEGEM** para os devidos fins.

Sala das Sessões, em 12 de fevereiro de 2025.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Desembargador de Contas-Relator